



1 Às nove horas do dia seis de junho de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO**  
4 **CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES E SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro  
5 Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 007/2017 de  
6 09.02.2017; Ausências justificadas da Conselheira **MARA LÚCIA** e do Conselheiro **ANTONIO**  
7 **JOSÉ GUIMARÃES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos  
8 Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do  
9 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos  
10 do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão,  
11 momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai,*  
12 *Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*".  
13 Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados  
14 os processos: **Processo nº 201705273-00; Prefeitura Municipal de Novo Repartimento;**  
15 **TAG – 2017;** Termo de Ajustamento de Gestão - Homologação Plenária; Responsável:  
16 Deusivaldo Silva Pimentel; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:  
17 Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo  
18 regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de  
19 Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em**  
20 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
21 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado  
22 (Resolução nº 13.215). Ausências, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
23 Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
24 **201705236-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá; TAG – 2017;** Termo de  
25 Ajustamento de Gestão - Homologação Plenária; Responsável: Rosângela Aparecida Fagnani  
26 Pinto; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio  
27 Leão; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o  
28 Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,  
29 conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
30 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
31 **unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução  
32 nº 13.216). Ausências, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro  
33 José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1010012008-00;**  
34 **Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras; Prestação de Contas – 2008;** Contas  
35 Anuais de Governo; Responsável: Odacir Dal Santo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério  
36 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
37 Advogado/Contador: Lourival José Marreiro da Costa; Publicado no DOE nº 109, de  
38 **02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
39 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio. A matéria foi colocada **em discussão**.



40 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
41 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução  
42 nº 13.217). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro  
43 José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1010012008-00;**  
44 **Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras; Prestação de Contas – 2008;** Contas  
45 Anuais de Gestão; Responsável: Odacir Dal Santo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:  
46 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:  
47 Lourival José Marreiro da Costa; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo  
48 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
49 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
50 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu  
51 pela regularidade das contas, com ressalvas (Acórdão nº 30.637). Ausências por ocasião da  
52 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro  
53 Daniel Lavareda. **Processo nº 740032008-00; Fundo Municipal de Saúde - FMS de São**  
54 **Caetano de Odivelas; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais de Gestão; Responsável:  
55 Jacob Guedes Valentim - Falecido (01/01 a 24/02) e Ana Alzira Maciel dos Reis (25/02 a 31/12);  
56 Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:  
57 Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contador: Julião Neves da Rocha Jr - CRC-PA 6109;  
58 **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
59 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
60 com encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
61 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
62 O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo trancamento das contas do Sr. Jacob Guedes Valentim,  
63 e pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e encaminhamento de cópias dos autos  
64 ao Ministério Público Estadual. (Acórdão nº 30.638). Ausência, por ocasião da votação, do  
65 Conselheiro Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
66 **714582014-00; Fundo de Desenvolvimento Municipal - FDM de Santarém; Prestação**  
67 **de Contas – 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Valdir Matias Azevedo Marques  
68 Júnior (01/01 a 16/11) e Sra. Rosemary Roselene De Barros Fonseca (17/11 a 31/12); Instrução:  
69 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio  
70 Chaves; Advogado/Contador: Raimundo Carlos Mota Bernardes - CRC/PA nº 6.741; **Publicado**  
71 **no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
72 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria  
73 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou  
74 a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão do  
75 respectivo Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.639). Ausências, por ocasião da votação, dos  
76 Conselheiros Cezar Colares e Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
77 **nº 1154252010-00; Fundo Municipal de Educação de Ipixuna do Pará; Prestação de**  
78 **Contas – 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Doralice Arruda de Brito; Instrução: 7ª



79 Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
80 Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contadora: Maria Regina Ferreira Farias; Publicado  
81 no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
82 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o  
83 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**  
84 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
85 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres  
86 municipais, aplicação de multas, encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público  
87 Estadual, e expedição de medida acautelatória com fundamento no art. 96, inciso I, da Lei  
88 Complementar nº 109/2016 (Acórdão nº 30.640 e Acórdão nº 30.641). Ausência, por ocasião da  
89 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
90 **nº 964402013-00; Fundo Municipal de Educação de Ourilândia do Norte; Prestação de**  
91 **Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Luci Alves da Silva; Instrução: 7ª**  
92 Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
93 José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Kleber da Cunha Ota (CRC 1 SP 159392/O.4-S/PA);  
94 Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
95 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
96 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada  
97 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
98 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos  
99 cofres, e o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº  
100 30.642). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do  
101 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 964572013-00; FUNDEB de Ourilândia do**  
102 **Norte; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Luci Alves da**  
103 Silva; Instrução: 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
104 Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Kleber da Cunha Ota (CRC 1 SP  
105 159392/O.4-S/PA; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo  
106 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
107 irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
108 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
109 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das  
110 contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas, e encaminhamento de  
111 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.643). Ausência, por ocasião da  
112 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
113 **nº 652162014-00; FUNDEB de Salinópolis; Prestação de Contas – 2014; Contas Anuais**  
114 de Gestão; Responsável: Ana Paula da Silva Santos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério  
115 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:  
116 José Maria Moreira Campos; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Retirado de Pauta.  
117 **Processo nº 1130042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Eldorado dos Carajás;**



118 **Prestação de Contas – 2007;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: João de Castro Barreto;  
119 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
120 Cezar Colares; Advogado/Contador: Marcos Antônio Feitosa da Costa; **Publicado no DOE nº 109,**  
121 **de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
122 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
123 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
124 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o encaminhamento  
125 de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.645). Ausência, por ocasião da  
126 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
127 **360042014-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Itaituba; Prestação de Contas –**  
128 **2014;** Prestação de Contas de Gestão; Responsável: Uzalda Miranda Souza (Período 01/01 a 05/06) e  
129 Sr(A). Maria De Fátima S. Leite (Período 06/06 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério  
130 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador:  
131 Anfrísio Augusto Nery da C. Nunes; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo  
132 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
133 pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
134 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu  
135 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.646). Ausência,  
136 por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
137 **Processo nº 1144412010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Goianésia do Pará;**  
138 **Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Itamar Cardoso do  
139 Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;  
140 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo  
141 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
142 pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu  
143 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
144 irregularidade das contas, aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
145 Público Estadual (Acórdão nº 30.647). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloísio  
146 Chaves e Daniel Lavareda. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 252232013-**  
147 **00; Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Chaves; Prestação de**  
148 **Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Júlia da Silva Martins; Instrução: 1ª  
149 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;  
150 **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
151 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas.  
152 A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
153 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com  
154 ressalvas (Acórdão nº 30.648). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves e  
155 Daniel Lavareda. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 30022013-00;**  
156 **Câmara Municipal de Afuá; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão;  
157 Responsável: Narrinha Wanderlei Salomão Coelho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
158 Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**





157 **109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
158 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi  
159 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
160 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com emissão do Alvará  
161 de Quitação (Acórdão nº 30.649). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Aloísio Chaves  
162 e Daniel Lavareda. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 33552013-00;**  
163 **Instituto Municipal de Previdência de Afuá; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de  
164 Gestão; Responsável: Ademar Corrêa Lima Júnior (01/01 a 31/08) e Renilce Silva de Souza (01/09 a  
165 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
166 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo  
167 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
168 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
169 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade  
170 das contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.650). Ausência, por ocasião da  
171 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
172 **34072013-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Afuá;**  
173 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ronald de Souza Nobre;  
174 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro  
175 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
176 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das  
177 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
178 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade  
179 das contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.651). Ausência, por ocasião da  
180 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**  
181 **474192013-00; FUNDEB de Moju; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão;  
182 Responsável: Deodoro Pantoja Rocha; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
183 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 109, de**  
184 **02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
185 autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em**  
186 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
187 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com a emissão do Alvará de  
188 Quitação (Acórdão nº 30.652). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.  
189 Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 143032013-00; Agência Distrital de**  
190 **Outeiro de Belém; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Maria  
191 Waldenize Lobato Braga (Janeiro a Outubro) e Elizete Mendes Cardoso de Almeida (Novembro e  
192 Dezembro de 2013); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
193 Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro  
194 Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Advogado/Contadora: Sara Regina Rocha  
195 Pereira - CRC/PA 015297; **Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo  
196 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
197 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual



196 de ambos Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
197 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade  
198 das contas de responsabilidade da Sra. Elizete Mendes Cardoso de Almeida; e pela regularidade, com  
199 ressalvas, e aplicação de multas, das contas de responsabilidade da Sra. Maria Waldenize Lobato  
200 Braga (Acórdão nº 30.653). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.  
201 Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201113765-00; Associação dos**  
202 **Moradores da Vila Capistrano de Abreu de Marabá; Convênio – 2011; Prestação de Contas De**  
203 **Convênio S/N, Firmado Com A Prefeitura Municipal; Responsável: Pedro Paulo Nunes Da Silva**  
204 **(Presidente); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;**  
205 **Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel**  
206 **Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.**  
207 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
208 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
209 Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência  
210 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com  
211 aplicação de multas (Acórdão nº 30.654). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio  
212 Chaves. Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300624-00; Prefeitura**  
213 **Municipal de Anajás; Representação Externa – 2013; Denunciante: Vivaldo Mendes da**  
214 **Conceição – Prefeito; Denunciado: Edson da Silva Barros – Ex-Prefeito; Instrução: 5ª Controladoria;**  
215 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio**  
216 **Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº**  
217 **07/2017; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
218 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da  
219 denúncia e pelo arquivamento. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto  
220 apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a  
221 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da denúncia, bem como o  
222 arquivamento (Acórdão nº 30.655). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.  
223 Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201516083-00 (70012010-00);**  
224 **Prefeitura Municipal de Anajás; Pedido de Revisão – 2010; Contas Anuais de Governo, À**  
225 **Decisão Contida Na Resolução N.º 11.499/2014; Autor: Edson da Silva Barros; Instrução: 6ª**  
226 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves;**  
227 **Advogado/Contadora: Heloísa Tabosa Barros Leão - OAB - PA nº 18.762; Publicado no DOE nº 109,**  
228 **de 02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
229 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial, mantendo a decisão recorrida. A  
230 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
231 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial,  
232 mantendo a decisão recorrida (Resolução nº 13.218). Ausências, por ocasião da votação, dos  
233 Conselheiros José Carlos Araújo e Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
234 **nº 201516083-00 (70012010-00); Prefeitura Municipal de Anajás; Pedido de Revisão –**  
235 **2010; Contas Anuais de Gestão, À Decisão Contida No Acórdão N.º 25.092/2014; Autor: Edson da**  
236 **Silva Barros; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**



235 Conselheiro Aloísio Chaves; Advogado/Contadora: Heloísa Tabosa Barros Leão - OAB - PA nº  
236 18.762; Publicado no DOE nº 109, de 02.06.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o  
237 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e  
238 provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
239 Conselho Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
240 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, bem como manteve  
241 a decisão recorrida (Acórdão nº 30.656). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros  
242 José Carlos Araújo e Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
243 **201605813-00 (290022009-00); Câmara Municipal de Curuçá; Pedido de Revisão –**  
244 **2009;** Contra Decisão Contida No Acórdão Nº 27.315; Autor: Joaquim Ribeiro da Luz –  
245 Presidente; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
246 Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Conselheiro Aloísio Chaves;  
247 Advogado/Contador: Sem advogado habilitado nos autos; **Publicado no DOE nº 109, de**  
248 **02.06.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
249 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi  
250 colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**,  
251 ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
252 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, reformando a decisão  
253 recorrida. (Acórdão nº 30.657). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros José Carlos  
254 Araújo e Sérgio Leão. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA**  
255 **ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**  
256 **PÚBLICO:** O Conselheiro Daniel Lavareda fez a leitura de elogios registrados via Ouvidoria,  
257 direcionados a DICAP e a Recepção deste Tribunal. Comunicou também sobre uma reclamação  
258 registrado via Ouvidoria referente a impossibilidade de realizar fotocópia dos autos fora deste  
259 Tribunal.. **ENCERRADA.** a presente Sessão, às onze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a  
260 presente Ata.  
261 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em seis de junho de  
262 dois mil e dezessete.  
263 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 040/017, em vinte de junho de dois mil e dezessete.  
264 Visto:

**Jorge Antônio Cajango Pereira**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Daniel Lavareda**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão